

A VARIAÇÃO DIATÓPICA EM DICIONÁRIOS: PRÁTICAS DIVERGENTES EM FRANCÊS E EM PORTUGUÊS

René Gottlieb Strehler (UnB)
renestre@unb.br

1. Introdução

As comunidades linguísticas francófona e lusófona se constituem por milhões de falantes e têm presença significativa na Europa e nas Américas, para citar apenas esses dois continentes. Em face de uma tradição escrita estabelecida há séculos, que garante certa unidade aos idiomas em questão, observam-se fatores próprios à diversificação linguística, como a descontinuação geográfica das áreas linguísticas (o Atlântico separa os brasileiros dos portugueses e os canadenses dos franceses) ou a separação política da comunidade; Angola, Brasil e Portugal são entidades independentes, como a Bélgica, a França ou a Suíça.

Seguindo Coseriu (1988) ou Glessgen (2007), consideramos a variação diatópica, ou variação geográfica, como a base para outros tipos de variação. De fato, não é possível ter garantia de que um brasileiro e um português julguem um dado fato linguístico com critérios semelhantes; da mesma maneira, um suíço pode divergir da opinião de um francês quando se trata considerar tal ou tal lexema estilisticamente marcado ou não. No entanto, no caso da língua francesa, como no caso da língua portuguesa, o sentimento de falar a mesma língua é imprescindível; senão, não seria mais possível contrastar o português do Brasil com o português de Portugal, ou o francês europeu com o francês do Quebec, por exemplo.

No presente trabalho partimos do princípio de que o sentimento linguístico dos falantes do francês e do português faz com que não seja contestada a existência de *uma* língua francesa e *uma* língua portuguesa. Passando a considerações a propósito da norma, observamos que as duas comunidades não tenham a mesma percepção da respectiva realidade. As gramáticas francesas, como as gramáticas portuguesas, desde que tenham certo volume, tratam os fatores da diversificação linguística; mas nas obras brasileiras normalmente se menciona a existência de uma norma culta brasileira e a existência de uma norma portuguesa e, já há alguns anos, são publicadas gramáticas que mencionam, nos respectivos títulos, claramente “português brasileiro” (CASTILHO 2010; BAGNO 2012). Para o francês, outro modelo prevalece. O *français standard* é o resulta-

do da normalização do francês praticado na corte de Paris do século XVII, e esse standard foi e é aceito pelos francófonos fora da França. A lexicografia francófona, por exemplo, fala mais facilmente de subnormas, em vez de norma francesa e norma suíça, por exemplo. Já gramáticas francesas de volume comparável com as obras de Bechara (2004) ou de Bagno (2012) não mencionam a existência hipotética de um *français standard* da França em face de um *français standard* da Bélgica, por exemplo. Assim, a excelente *Grammaire critique du français* de Marc Wilmet (2003) trata a variação com critérios linguísticos e menciona as críticas feitas à tirania da gramática de cunho escolar e normativa, mas ela não postula a existência de mais de um francês padrão. O incontornável Grevisse (2008), de seu lado, discute “les variétés du français” e apresenta critérios que permitam chegar a uma norma, mas também não se considera a possibilidade de ter-se duas ou mais línguas padrão.

Independente dos objetivos de quem elabora uma gramática ou um dicionário, essas duas obras sempre têm, numa dada comunidade linguística, um peso normativo e a descrição dos fatos não impede os autores a pronunciar-se a propósito de certos fatos que são julgados de maneira negativa numa perspectiva normativa.

Nessa perspectiva, e limitando-se a critérios lexicográficos, cabe investigar qual extensão geográfica de uma dada língua possa ser descrita e como um dicionário se posiciona diante da extensão geográfica do idioma tratado. Os dicionários que servem a esse exame são, para o francês (entre parênteses, a abreviação empregada na continuação e a referência para a consulta da bibliografia):

- *Nouveau Petit Robert de la langue française* (doravante PR; ROBERT, 2012);
 - *Multidictionnaire de la langue française* (doravante MLF; de VILLERS, 2003);
 - *Trésor de la langue française au Québec* (TLF-q; FRANCOEUR, 2012) e
 - *Dictionnaire suisse romand* (DSR; KNECHT, 1997)
- sendo as duas últimas obras consultadas na *Base de données lexicographiques panfrancophone* disponíveis na Internet; e para o português:
- *Dicionário da língua portuguesa* (doravante DLP; ANÔNIMO: 2011);
 - *Dicionário Aurélio da língua portuguesa* (doravante Aurélio; FERREIRA, 2010);

- *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (Houais; HOUAISS, 2009); e
- *Grande dicionário Sacconi* (GDS; SACCONI, 2010).

2. *Dicionário e quadro de descrição*

A lista de dicionários, que antecede a presente passagem, mostra que apenas dicionários de língua, em oposição a dicionários enciclopédicos, servem ao exame em questão. Com relação aos dicionários de língua portuguesa, nota-se que três obras provêm do Brasil e apenas uma, o DLP, de Portugal. No caso do francês, o PR provém da França, o MLF, o TLF-q do Quebec e o DSR da Suíça.

Como todos esses dicionários pretendem descrever a língua comum, e não um socioleto específico, uma gíria, por exemplo, admitimos que eles devam elaborar a descrição do léxico partindo de uma norma dicionarística que, no presente caso, corresponde à língua padrão, produto de uma standardização. Essa norma dicionarística corresponde ao que normalmente é considerado o nível linguisticamente não marcado. Em outros termos, se um lexema entra nessa categoria, ele aparece no dicionário sem nenhuma marca de uso. Caso contrário, o lexema em questão recebe uma marca de uso indicando o distanciamento do nível estilisticamente não marcado, em função da conceptualização da variação adotada pelo dicionário.

Quanto à variação diatópica, que colocamos no centro da nossa atenção, ela está estreitamente condicionada a escolhas feitas pelos lexicógrafos de uma dada obra. Com efeito, considerar um lexema como regionalismo implica adotar como quadro de descrição uma extensão territorial do idioma que permita esse julgamento. Dito de outra maneira, cabe ver como um dicionário pode se posicionar em relação à extensão geográfica do idioma tratado. A esse propósito existem várias possibilidades.

Descrever o léxico de um idioma levando em consideração a extensão geográfica completa do idioma implica, para os dicionários do nosso interesse, postular a existência de uma variante supranacional. É essa variante supranacional que fornece ao dicionário o nível estilisticamente não marcado. Lexemas, cujo uso não se observa em toda a extensão geográfica do idioma, são, nessa perspectiva, regionalismos. Para línguas em relação com as quais existe uma continuidade territorial, co-

mo no caso do alemão, essa opção não se defronta com obstáculos teóricos e metodológicos maiores. Já no caso de idiomas falados dos dois lados do atlântico, como o francês e o português, por exemplo, podem aparecer dificuldades epistemológicas; ou seja, uma equipe de lexicógrafos instalado no país X dificilmente dispõe dos meios técnicos e financeiros para investigar o léxico do seu país e de todos os outros países onde a língua é falada. Lembramos a esse propósito que o português é língua oficial em oito países e o francês em mais de trinta países. Sendo assim, dicionários que se baseiam sobre a extensão territorial máxima são relativamente raros. Entre as obras aqui contempladas, são o Aurélio e o Houaiss que se enquadram nessa tipologia. Para esses dois dicionários existem de um lado um português supranacional, o nível não marcado, e, do outro, regionalismos brasileiros e regionalismos portugueses, que ambos são estilisticamente marcados.

Outra possibilidade que se oferece aos lexicógrafos é basear-se, no inventário e na descrição do léxico, num único país. Nessa perspectiva, um lexema cujo uso se observa em todo o território do país tratado não recebe nenhuma marca diatópica de uso, mesmo se o lexema é desconhecido em outros países onde se fala o mesmo idioma. Assim, um ‘não regionalismo’ do país X pode ser um regionalismo no país Y. Entre os dicionários de língua portuguesa aqui tratados, o DLP se encaixa na presente categoria, pois sua ‘Nota da editora’ menciona que “*esta nova edição contempla exclusivamente a variedade europeia do português*”. O GDS igualmente trata o idioma praticado num único país. De fato, a ‘Apresentação’ menciona que “*o dicionário contempla o português contemporâneo do Brasil*”.

No caso dos dicionários franceses PR e MLF é mais delicado afirmar que eles seguem o modelo ‘descrição do léxico de um único país’. O PR, na sua prática, descreve o francês da França e classifica como ‘regionalismo’ os empregos do Quebec ou da Suíça romanda. Além disso, apesar de observar-se nos dicionários da França uma abertura crescente ao léxico francófono, o PR, segundo sua introdução, não pretende tratar lexemas que são percebidos como regionalismos no interior mesmo do Quebec ou da Suíça romanda. O MLF ilustra a problemática de ter uma única norma para o francês, contrariamente ao português com uma norma brasileira e outra portuguesa. Com efeito, o linguista Jean-Claude Corbeil escreve no prefácio do MLF que “*l’œuvre décrit le français standard, tel qu’il est explicité par les grammaires et les grands dictionnaires [...]*”. A contrariedade reside no fato de que o ‘français standard’ corresponde ao

francês da corte parisiense normalizado no século XVII, e que o dicionário trata igualmente os usos peculiares ao Quebec, indicando se os mesmos são admitidos na norma, ou não. Observamos, entre parênteses, que esse prefácio implicitamente admite a existência de uma subnorma quebequense.

Diante das dificuldades de elaborar um dicionário que representa uma língua na sua extensão máxima, a escolha de elaborar uma obra pormenorizando a descrição linguística apenas para um país pode parecer uma opção válida. No caso do português, parece até ser a tendência; no Brasil, com o Programa Nacional do Livro Didático, a lexicografia meramente brasileira recebeu um bom impulso e Portugal dispõe dos meios logísticos para descrever o português de Portugal sem entrar em detalhes a propósito do português do Brasil. No caso do francês, além de fatos socioculturais, a predominância da lexicografia da França torna extremamente difícil a aparição em outros países de obras comparável ao PR. O *Trésor de la langue française*, que serviu de modelo metodológico ao TLF-q, se constitui de 16 volumes e foi elaborado na base da literatura da França dos séculos XIX e XX. Em vez de refazer o mesmo trabalho, que daria resultados parecidos, a lexicografia francófona seguiu outros caminhos. O DSR e o TLF-q são exemplos desse fato e ilustram o que se denomina 'lexicografia diferencial'. Essas obras têm em comum com dicionários como o DLP ou o PR o fato de se limitar a uma a uma extensão geográfica precisa (o Quebec para o TLF-q e a Suíça romanda para o DSR), mas elas divergem do PR em não tratar toda a língua comum da região fixada por tratarem apenas as diferenças com o francês da França. Para mediar essas diferenças, serve-se de costume do *Trésor de la langue française*, de um corpus suíço ou quebequense para levantar unidades lexicais que atestam outros usos que aqueles atestados no *Trésor*. Nesse caso, a lexicografia diferencial não se serve do francês da França, do *Trésor*, como padrão, mas como referência. Esse procedimento se explica pelo fato de que o *Trésor* reflete a norma francesa e que essa norma não possa ser transposta de maneira cega. Cabe interpretar uma diferença linguística a partir do uso real da região descrita; ou seja, um helvetismo ou um quebequismo deve ser interpretado em termos normativos a partir do uso suíço ou quebequense. É nesse sentido que a lexicografia diferencial não estabelece outras normas ao lado do *français standard*, efetivamente, é mais preciso falar de subnormas, suíça ou quebequense, por exemplo, que se situam no interior de um *français standard* supranacional.

Cabe agora ver como essas várias opções de tratar a variação dia-
tópica aparecem em dicionários

3. *Ilustração da variação diatópica em dicionários*

Uma primeira unidade lexical, *caribou*, ilustra como a lexicografia francófona trata uma realidade específica a um país. Pode-se perguntar até que ponto o referido lexema é específico ao francês do Quebec. Vejamos como o referido lexema está tratado no MLF, no TLF-q e no PR:

CARIBOU n. m. (pl. *caribous*)

♣ Cervidé de taille moyenne, de forme massive, doté de bois. SYN. renne.

→Ce nom est un emprunt ancien à la langue micmaque signifiant «qui creuse la neige pour se nourrir». (MLF)

caribou (n. m.)

Cervidé de taille moyenne, au pelage brunâtre ou grisâtre marqué de blanc au cou, [...] commun dans les régions nordiques de l'Amérique et de l'Eurasie (*Rangifer tarandus*).

Troupeau de caribous. [...]

Français de référence

Remarque(s)

Caribou désigne le même animal que celui que l'on appelle *renne* en France. Ce mot est également connu au Québec, mais il ne s'emploie en pratique qu'en parlant de la sous-espèce qu'élevaient les Lapons (on le rencontre notamment dans les contes de Noël). [...] (TLF-q)

caribou [ka▯ibu] **nom masculin**

ÉTYM. 1607 ◊ mot canadien, de l'algonquin "qui creuse avec une pelle", parce qu'il creuse la neige pour trouver sa nourriture

■ Renne du Canada (*cervidés*). *Des caribous*. (PR)

Na técnica do MLF, a flor-de-lis, ♣, serve para introduzir um le-
xema ou uma acepção típicos do francês do Quebec. O verbete seguinte,
extraído do TLF-q, mostra que é aparentemente a realidade extralinguís-
tica peculiar que está em primeiro plano, e não um estado divergente do
idioma, pois *renne* se aplica a uma subespécie do *caribou*. Já o PR trata o
referido signo linguístico porque, na sua avaliação, *caribou* se emprega
em toda a área francófona do Quebec. Ele não atribui marca de uso dia-
tópica, porque o que está em questão não é a língua, mas um referente

específico ao Canadá, fato indicado na definição pelo intermediário da diferença específica “do Canada”.

O lexema *duplex* é tratado apenas pelo MLF e pelo PR:

DUPLEX n. m.

1. ♣ Immeuble comportant deux appartements sur deux étages. *Des duplex bien construits.*
2. Appartement à deux niveaux. (MLF)

duplex [dyp|ks] **nom masculin** [...]

2. (v. 1960 ◊ repris à l'**anglais américain**) Appartement sur deux niveaux reliés par un escalier intérieur. *Un duplex avec terrasse.*

♦ **Région.** (Canada) Maison comprenant deux logements indépendants.

◦ Immeuble d'habitation formé par deux maisons attenantes. (PR)

Nos verbetes *duplex* observa-se uma visão congruente entre os dois dicionários, há uma acepção supranacional e uma acepção específica marcada, no MLF, com a flor-de-lis e, no PR, com a observação “Région. (Canada)”.

Com *préfet* estamos diante de um estatismo que designa diferentes realidades, segundo o país em questão. Os extratos a seguir provêm do MLF, do PR e do DSR:

PRÉFET n. m.

1. Haut fonctionnaire qui administre un département, en France. [...] (MLF)

préfet [p|ef] **nom masculin** [...]

3. (1793) **Cour.** Fonctionnaire placé à la tête d'un département ou d'une région, représentant du pouvoir central et du département. *Madame le Préfet* (rarement *la Préfète*). *Cabinet du préfet* (→ **préfecture**). *Arrêté du préfet*. [...]

5. **Région.** (Belgique) Directeur d'athénée* (2°), de lycée. (PR)

préfet, préfète n.m., f.

♦ Magistrat représentant du pouvoir exécutif cantonal dans les districts. *Le préfet du district. Préfet substitut*. [...]

origine:

Innovation sémantique à partir du français de référence. [...] (DSR)

Os três verbetes *préfet* ilustram três atitudes divergentes quanto à variação diatópica. O MLF, ainda que seja um dicionário quebequense, se vê comprometido com o ‘français standard’ e se vê assim obrigado a apresentar uma acepção típica da França; ou seja, um francismo. É interessante notar que o cidadão do Quebec que deseja entender a referida definição está na obrigação de conhecer igualmente a acepção de ‘département’ típico para o francês, mas não para o canadense. A acepção corriqueira (Cour.) do PR mostra que esse dicionário, ainda que aberto a variantes de fora da França, como mostra a acepção 5, trata o ‘français standard’ nitidamente numa perspectiva francesa; ou seja, a priori um consulente do referido verbete não pode saber se a acepção três é válida apenas na França ou em toda a francofonia. Em relação a estatismos a ambiguidade se levanta com facilidade, pois os francófonos oriundos de outros países devem ter noção como seu país está politicamente organizado. Em relação a outras acepções, aquelas que não se deixam interpretar através de uma realidade institucional, essa interpretação é mais delicada. Desse modo, se o PR afirma que *bastos* é, num registo familiar, uma bala de fuzil ou de revólver, não podemos saber se esse emprego se averigua apenas no uso da França ou também além do território que serve de quadro de descrição. No caso do DSR a definição de *préfet* se faz igualmente em relação ao quadro de descrição; em outros termos, o significado é apresentado em relação à realidade suíça romanda e o comentário na rubrica ‘origine’ mostra que a referida acepção é uma inovação do francês helvético. Nessa acepção o DSR não recorre a marcas de uso diatópicas, pois a obra descreve apenas as peculiaridades linguísticas da Suíça romanda, e a perspectiva diferencial exclui a assimilação do lema ao ‘français standard’. Em relação a essas peculiaridades, a noção de ‘français de référence’ é importante, pois subentende que o francês da França não fornece obrigatoriamente o ‘standard’, a norma, mas serve para mediar uma diferença. No caso preciso de *préfet*, o DSR apresenta apenas um significado específico, sem que esse significado seja submetido a uma avaliação estilística peculiar. Em outras palavras, *préfet*, tal como tratado no DSR, faz parte da subnorma suíça e pode, desse modo, ser encontrado em escritos que seguem a norma.

Passando aos dicionários de língua portuguesa, notamos uma situação não completamente parecida com aquela observada nas obras de língua francesa. O Aurélio e o Houaiss se baseiam em um português supranacional, enquanto o DLP e o GDS centram a descrição no uso linguístico de seu país de origem, respectivamente Portugal e Brasil. Desconhecemos a existência de uma lexicografia diferencial portuguesa

comparável com aquela citada para o francês, mas notamos que ela poderia ser útil talvez não para o Brasil e Portugal, mas para os países lusófonos da África. O lexema *banheiro*, presente nos quatro dicionários, permite fazer um primeiro levantamento das praxes lexicográficas.

banheiro *n.m.* **1** responsável por uma praia **2** salva-vidas que dá assistência aos banhistas **3** dono de um estabelecimento balnear **4** indivíduo que prepara o banho ou acompanha os banhistas no banho [...] **6** [Brasil] casa de banho (de *banho* + *eiro*) (DLP)

banheiro

[De *banho*¹ + *-eiro*.] Substantivo masculino. **1.** Bras. Aposento com todo o aparelhamento de banho. [Sin. (lus.): *casa de banho*] [...] **2.** Bras. Aposento com vaso sanitário. [...] **3.** Bras. Aparelho sanitário (2). **4.** Lus. Indivíduo que prepara [...] **5.** Lus. Nas praias, rios e lagos, salva-vidas [...] **6.** Lus. Proprietário ou administrador de estabelecimento balnear. (Aurélio)

banheiro

s.m. (1871) **1** *B* local público ou privado, equipado com vaso [...] **2** *B* cômodo da casa onde se acham instalados a banheira e/ou [...] **3** *p.met.* *B* vaso sanitário, latrina **4** *P* salva-vidas ('nadador') [...]. (Houaiss)

ba.nhei.ro *s.m.(o)* Aposento ou recinto de uma habitação no qual estão as instalações hidrossanitárias, [...]. (GDS)

O DLP e o GDS se fixam como quadro de descrição um único país, mas notamos que a obra portuguesa tenha certa abertura ao uso brasileiro, como mostra a acepção 6. Já o GDS se limita estreitamente ao uso brasileiro. Ambas as obras não recorrem a marcas de uso diatópicas para as acepções que correspondem ao quadro de descrição. Esse fato merece ser sublinhado, pois ele mostra que, nesse tipo de obra, o consulente necessita ter consciência nítida da natureza da obra consultada. Nos dicionários Aurélio e Houaiss esse tipo de problemática não aparece, visto que as duas obras se baseiam num português supranacional. No entanto, nos dois verbetes *banheiro* há apenas regionalismos na perspectiva lexicográfica adotada. Assim as obras recorrem às marcas de uso *B* e *Bras.* para as acepções brasileiras e *P* e *Lus.* para as acepções portuguesas. O procedimento lexicográfico é coerente quanto à proposta lexicográfica, mas, apesar do volume das obras, é legítimo perguntar-se se a descrição linguística trata a pé de igualdade o português do Brasil e de Portugal. Duvidar é permitido, porque o lexema corriqueiro *casa de banho*, além da

obra portuguesa, apenas está presente no Aurélio, mas não no Houaiss que igualmente descreve um português supranacional.

O verbete *pardal* serve também para ilustrar as implicações lexicográficas da variação linguística:

pardal *n.m.* **1** ORNITOLOGIA nome vulgar extensivo a uns pássaros [...] **2** [gír.] espião policial **3** [pop.] indivíduo finório [...]. (DLP)

pardal

[...] Substantivo masculino. **1.** Zool. Ave passeriforme, passerídea (*Passer domesticus*), [...] **2.** Bras. V. *pardal eletrônico*.

♦ **Pardal eletrônico.** Equipamento eletrônico para detectar e registrar infrações de trânsito. (Aurélio)

pardal

s.m. (sXIV) **1** ORN ave passeriforme, [...] **2** ELETRÔN B S.E. equipamento eletrônico us. para detectar e fotografar infrações de trânsito □ *s.f.* VITIC **3** variedade de uva tinta do Minho [...]. (Houaiss)

par.dal *s.m.(o)* *Ornitologia* Pequeno pássaro de cor parda [...]. (GDS)

Os quatro dicionários não precisam recorrer a marcações diatópicas quando se trata de ‘pássaro’, essas acepções correspondem a um fato linguístico supranacional. Em seguida, nas acepções 2 do Aurélio e de Houaiss, nota-se uma especificidade brasileira que não recebe a mesma marca diatópica. A referida acepção tem uso no Brasil inteiro para Aurélio, mas apenas no sudeste segundo Houaiss. Se o GDS tratasse a acepção ‘equipamento eletrônico’, ele deveria dispensar a marca de uso empregada no Aurélio, pois o GDS trata apenas o português do Brasil, ou, seguindo o Houaiss, empregar uma marca diatópica indicando a extensão regional no Brasil. A terceira acepção do Houaiss mostra que a lexicografia brasileira também pode dispensar a marca geográfica quando o referente é percebido como típico de uma região, como se vê em “*uva tinta do Minho*”. Essa última acepção curiosamente está ausente no DLP, que provem de Portugal. Pelo contrário, há duas acepções que não estão presentes nos dicionários brasileiros, apesar de o DLP ser sensivelmente menos volumoso que o Aurélio ou o Houaiss. Esse ocorrido, ainda uma vez, mostra a problemática de querer apresentar numa única obra um idioma praticado por milhões de falantes dos dois lados do Atlântico.

4. Considerações finais

Comparando a lusofonia com a francofonia, podemos notar que a lexicografia para as duas línguas está diante de problemas parecidos. É melhor descrever o idioma na sua extensão maior, ou na sua extensão limitada a um país? A descrição de um idioma limitada a um país é uma solução bastante frequente para o português, toda a lexicografia escolar brasileira segue esse modelo, mas, para o francês, existem resistências culturais. Quando, em 1992, foi publicado o *Dictionnaire québécois d'aujourd'hui* (BOULANGER 1992), centrado sobre o uso e a subnorma quebequense, a sociedade civil canadense não aceitava a obra, de medo de afastar-se do bom francês de Paris. Considerando esse fato e também o peso demográfico dos vários países, pode se admitir que, ao lado do francês da França predominante, a lexicografia diferencial é uma boa solução para atingir uma descrição detalhada de todas as variantes do francês. Já no caso do português há espaço para uma boa lexicografia nacional brasileira e portuguesa. Para países com peso demográfico e econômico menor, a lexicografia diferencial pode ser uma solução e um desafio; de fato, Cabo-Verde deveria mediar a diferença do seu idioma com o uso do Brasil ou de Portugal?

Passando a considerações de ordem mais prática, notamos que o consulente deve sempre ter consciência nítida em que tipo de dicionário ele está buscando informações. Segundo a obra consultada, um fato linguístico estilisticamente não marcado pode ter validade limitada a um território. De maneira parecida, um angolano ou um suíço pode sentir falta de precisão em comparação à sua praxe linguística em obras como o Aurélio, o DLP ou o PR.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANÔNIMO. *Dicionário da língua portuguesa*. Porto: Porto Editora, 2011.

BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2012.

BASE de données lexicographiques panfrancophone. Disponível em: <<http://www.bdlp.org/>>.

BAVOUX, Claude. (dir.). *Le français des dictionnaires*. Bruxelles: De Boeck/Duculot, 2008.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BÉJOINT, Henri; THOIRON Philippe (Orgs.). *Les dictionnaires bilingues*. Bruxelles: De Boeck/Duculot, 1996.

BORBA, Francisco da Silva. *Organização de dicionários*. Uma introdução à lexicografia. São Paulo: Unesp, 2003.

BOULANGER, Jean-Claude. *Dictionnaire québécois d'aujourd'hui*. Montréal: DicoRobert, 1992.

_____. *Lexicographie générale, notes de cours*. Quebec: Université Laval/Société Dictionel inc., 1995.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CERQUIGLINI, Bernard. *Une langue orpheline*. Paris: Minuit, 2007.

COSERIU, Eugenio. Los conceptos de “dialecto”, “nivel” y “estilo de lengua” y el sentido propio de la dialectología. In: _____. *Lingüística española actual*. Madrid: Instituto de Cooperación Iberoamericano, 1981.

_____. *Sprachkompetenz: Grundzüge der Theorie des Sprechen*. Tübingen: Francke, 1988.

DE VILLERS, Marie-Éva. *Multidictionnaire de la langue française*. Montréal: Éditions Quebec Amérique, 2003.

DUDENREDAKTION. *Deutsches Universalwörterbuch*. 6. ed. Mannheim/Leipzig/Wien/Zürich: Dudenverlag, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. Curitiba: versão eletrônica da Positivo Informática, 2010.

GAUDIN, François; GUESPIN, Louis. *Initiation à la lexicologie française*. De la néologie aux dictionnaires. Bruxelles: De Boeck/Duculot, 2000.

GLESSGEN, Martin-Dietrich. *Linguistique romane*. Paris: Armand Colin, 2007.

_____; THIBAUT, André (Orgs.). *La lexicographie différentielle du français*. Strasbourg: Presses Universitaires de Strasbourg, 2005.

GREVISSE, Maurice. *Le bon usage*. 14. ed. Bruxelles: Duculot, 2008.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio: Objetiva, 2009. Versão eletrônica.

IMBS, Paul (Org.). *Trésor de la langue française*. Institut national de la langue française (INALF) 1971-1994, 16 vol. (<http://www.atilf.atilf.fr>)

KRISTOL, Andres. Une Francophonie polycentrique: lexicographie différentielle et légitimité des français régionaux. In: *Mélanges offerts à...*, no prelo, 2012.

LE TRESOR de la langue française informatisé. Disponível em: <<http://atilf.atilf.fr/TLFi>>.

POIRIER, Claude. La Dynamique du français à travers l'espace francophone à la lumière de la Base de données lexicographiques panfrancophone. *Revue de Linguistique Romane*, tome 69, p. 483-516. Strasbourg: Société de Linguistique Romane, 2005.

REY-DEBOVE, Josette; REY, Alain. *Le nouveau Petit Robert*. Paris: LeRobert. Reeditado anualmente, versão eletrônica utilizada: 2007.

REZEAU, Pierre. *Dictionnaire des régionalismes de France*. Bruxelles: De Boeck/Duculot, 2001.

ROCHA, Ruth. *Minidicionário da língua portuguesa*. 13. ed. São Paulo: Scipione, 2010.

SACCONI, Luiz Antonio. *Grande dicionário Sacconi*. São Paulo: Nova Geração, 2010.

SCHLAEFER, Michael. *Lexicologie und Lexicographie*. Berlin: Erich Schmidt Verlag, 2009.

STREHLER, René. Observations sur le Dictionnaire québécois d'aujourd'hui. *International Journal of Lexicography*. Vol. 10. number 1. Oxford: University Press, 1997.

_____; GOROVITZ, Sabine. *Manual do RepLET*. Brasília: Thesaurus, 2011.

THIBAUT, André. Lexicographie scientifique et aménagement linguistique: l'expérience du *Dictionnaire suisse romande*. In: BAVOUX, Claudine. *Le français des dictionnaires*. Bruxelles: De Boeck/Duculot, 2008.

_____; KNECHT, Pierre. *Dictionnaire suisse romand*. Genève: Zoé, 1997.

VÖLKER, Harald. La linguistique variationnelle et la perspective intralinguistique. *Revue de Linguistique Romane*. Tome 73, p. 27-76. Strasbourg: Société de Linguistique Romane, 2009.

WARTBURG, Walter von. *Évolution et structure de la langue française*. Berne: Francke, 1949.

WELKER, Herbert Andreas. *Dicionários*. Uma pequena introdução à lexicografia. Brasília: Thesaurus, 2004.

WILMET, Marc. *Grammaire critique du français*. 3. ed. Bruxelles: Duculot, 2003.